

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS ACERCA DO NORDESTE BRASILEIRO

Argus Romero Abreu de Moraisⁱ

Resumo: Este artigo tem por objetivo investigar quais são os imaginários sociodiscursivos que circulam nos discursos acerca do Nordeste brasileiro. Para tanto, analisamos quatro mensagens produzidas a respeito dos nordestinos no contexto das eleições presidenciais brasileiras, em novembro de 2010, e das quartas de final da Copa do Brasil, em maio de 2011. No âmbito das análises, examinamos como as marcas lexicais de adjetivação utilizadas pelos enunciadores apontam para os diferentes imaginários sociodiscursivos sobre o Nordeste. Para uma crítica discursiva do espaço, basear-nos-emos em Foucault (1979; 2001). No tocante à conformação das identidades regionais no Brasil, ancoramo-nos em Muniz (2010; 2011). Por fim, para o entendimento da relação entre identidades e imaginários sociodiscursivos, utilizamos a *Teoria Semiolinguística*, conforme definida por Charaudeau (2007; 2008a; 2008b).

Palavras-chave: Imaginários sociodiscursivos. Nordeste brasileiro. Marcas lexicais de adjetivação. Identidades regionais.

Abstract: This papers aims to investigate which are the socio-discursive imaginaries circulating in the discourses about the Brazilian Northeast. In order to do so, we analyze four messages produced about Northeasterns in the context of the Brazilian presidential elections, in November 2010, and in the quarter-finals of Copa do Brasil, in May 2011. As part of the analysis, we examine how the lexical marks of adjectivization used by the utterers points to different socio-discursive imaginaries about the Northeast. For an epistemological discussion about space, we draw upon Foucault (1979; 2001). Concerning the conformation of regional identities in Brazil, we use the work of Muniz (2010; 2011). Finally, to understand the relationship between identities and the socio-discursive imaginaries, we employ *Semiolinguistic Theory*, as defined by Charaudeau (2007; 2008a; 2008b).

Keywords: Socio-discursive imaginaries. Brazilian Northeast. Lexical marks of adjectivization. Regional identities.

ⁱ Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: argusromero@yahoo.com.br.

1 Considerações iniciais

Em novembro de 2010 e maio de 2011, ocorreram dois episódios emblemáticos no Brasil. O primeiro está relacionado às eleições presidenciais no país, e o segundo está vinculado à disputa das quartas de final da Copa do Brasil, competição nacional de futebol bastante conhecida. No tocante à sucessão presidencial, a vitória relativamente apertada da presidenciável Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), sobre o candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), gerou uma polêmica a respeito dos grupos sociais que teriam sido determinantes para esse resultado. Nesse contexto, a estudante paulista de direito Mayara Petruso, descontente com o resultado das eleições, utilizou-se de uma importante rede social da internet para expressar sua opinião. No *Facebook*, Mayara deixou postadas duas mensagens culpando o “povo nordestino” pela derrota do candidato José Serra. Na primeira delas, dizia: “AFUNDA BRASIL. Deem direito de voto pros nordestinos e afundem o país de quem trabalhava para sustentar os vagabundos que fazem filhos pra ganhar o bolsa 171.” (sic) (REDAÇÃO CAROS AMIGOS, 2012). Ainda no mesmo dia, a estudante escreve: “Nordestino não é gente, faça um favor a Sp, mate um nordestino afogado!” (sic) (REDAÇÃO CAROS AMIGOS, 2012).

Pouco mais de seis meses depois, a desclassificação da equipe do Flamengo na Copa do Brasil, ao ser derrotada pela equipe do Ceará, gerou um sentimento de revolta em alguns torcedores do time carioca, que, no intuito de manifestarem seus sentimentos acerca do ocorrido, voltaram a movimentar a rede mundial de computadores com novas mensagens de desqualificação dos habitantes da região Nordeste via *Facebook* e *Twitter*. Assim como ocorrera no primeiro caso, Amanda Régis e Lucian Farah foram apenas dois dentre os inúmeros internautas a expressarem publicamente suas opiniões nas redes sociais.

Se considerarmos as duas situações, pode-se contar aos milhares a quantidade de postagens com posicionamentos semelhantes, seguindo, no entanto, um padrão de coerência semântico no que diz respeito às caracterizações do “outro nordestino”. Em 11/05/2011, Amanda Régis escreve: “Esses nordestinos pardos, bugres, índios acham que tem moral, cambada de feios. Não é atoa que não gosto desse tipo de raça” (sic) (VALOTA; COELHO, 2011). Em teor semelhante, Lucian Farah complementa: “Só vim no twitter

falar o qnto os NORDESTINOS é a DESGRAÇA do brasil...pqp! Bando de gnt retardada qe acham que sabe de alguma coisa” (sic) (VALOTA; COELHO, 2011).

Apesar de não serem os únicos a se manifestarem nesse sentido, tais estudantes foram considerados, tanto no âmbito jurídico como no midiático, os “pioneiros” na corrente de manifestações “anti-nordestinas” após a vitória de Dilma Rousseff, no caso da paulista, e após a desclassificação do Flamengo na Copa do Brasil, no caso dos cariocas. Em vista disso, as quatro postagens assumiram maior notoriedade no debate gerado sobre o assunto nas redes sociais, nas mídias televisiva e impressa e nas instâncias jurídicas, fazendo com que, por um breve momento, se revisitasse a temática do preconceito regional no país.

Cumpre-nos destacar que não é proposta deste artigo tornar-se um manifesto contra as pessoas envolvidas, assim como não temos por intuito nos inserir no debate acerca da criminalização ou não dos atos realizados. A natureza do trabalho é acadêmica, portanto, analítica, enquadrando-se no campo da Linguística, de modo que foge à nossa competência adentrar em questões jurídicas a respeito da criminalização ou não dessas manifestações. Como analistas do discurso, ancorados em Charaudeau (2008a), propomo-nos a avaliar tais mensagens enquanto atos languageiros, isto é, investigá-las no âmbito das representações sociais e dos imaginários sociodiscursivos. Dito isso, como finalidade teórica da presente investigação, elaboramos a seguinte problemática: quais são os imaginários sociodiscursivos acerca do Nordeste brasileiro revelados por essas mensagens? Passemos, então, a algumas considerações teóricas.

2 Espaço, região e identidade: três conceitos discursivos

De acordo com Foucault (1979), a concepção de espaço não sofreu o mesmo avanço que a concepção de tempo no domínio das Ciências Humanas. Se, por um lado, o fortalecimento do olhar histórico contribuiu bastante para o entendimento do tempo como realidade simbólica; por outro, ao que parece, esse olhar não teceu, na mesma medida, contribuições para a perspectiva espacial. Consoante o autor, o fato de a Geografia ter surgido intimamente ligada ao olhar racionalista das Ciências Naturais, almejando, portanto, esquadrihar, inventariar, classificar, dividir e organizar o real naquilo que passara a se instituir como saber científico moderno, fez com que

as problemáticas relacionadas à análise do espaço destoassem daquelas concernentes às reflexões sobre o tempo.

Nesse viés, se podemos perceber avanços no que diz respeito aos trabalhos focados na temporalidade, no sentido de associá-la à riqueza, à fecundidade, à vivacidade e à dialeticidade, no que concerne à espacialidade, parte significativa dos pesquisadores continuou a associá-la à imobilidade, à fixidez, à objetividade, à não-dialeticidade e à naturalização (FOUCAULT, 1979). O espaço, assim como qualquer outra categoria de análise, emerge como demarcação instituída pelo saber-poder. Isso significa que ele deve ser tomado como construção simbólica que se altera de acordo com o tempo histórico. Aquilo que entendemos por espaço hoje, certamente, não se identifica com a maneira como os nossos ancestrais do medievo e da modernidade o entendiam, pois os discursos que fundamentavam os seus conhecimentos eram outros¹ (FOUCAULT, 2001).

Destarte, como nos ensina Foucault (2001), se se remeter à espacialidade implica se deter sobre suas possibilidades históricas de existência como entidade simbólica, atentar para a definição de região, como uma subcategorização crescente do espaço, é direcionar-se, antes de tudo, para uma delimitação no âmbito da linguagem que serve às técnicas de controle fiscal, administrativo e militar. Corroborando essa perspectiva, Muniz (2011, p. 36) aponta que a definição de região surge com as modernas demandas de eficiência no exercício do poder real:

A noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; [...] Ela remete, em última instância, a *regio* (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação.

Ancorados nesse raciocínio, como tratar, então, as identidades regionais? *Mutatis mutandis* as identidades não devem ser consideradas etiquetas fixas para aqueles que as carregam, de modo que o analista do discurso deve desconstruir a relação naturalizada (logo, não-natural) entre

¹ Para mais detalhes acerca da historicidade do espaço, consultar Foucault (1979; 2001).

linguagem e realidade, desmistificando a evidência dos sentidos, os quais são construídos, percebidos e apreendidos historicamente. Acerca dessa questão, Hall (2003), analisando o “ser negro” e o “ser branco” nas culturas jamaicana e inglesa, aponta para o fato de o significante ser o responsável por inscrever o sujeito em diferentes cadeias semânticas, associando-o, com isso, a diferentes escalas de valores e *status* sociais. O autor conclui que: “é a posição dentro das distintas cadeias de significantes que ‘significa’, e não a correspondência fixa, literal entre um termo isolado e uma posição qualquer denotada no espectro de cor”. Bauman (2008) avalia ainda que, postulada a existência de um sujeito múltiplo, pois é variável pela posição que assume na linguagem, deve-se perceber a volatilidade do que chamamos de identidade, sendo preferível o uso do termo “identificação”, pois expressa melhor como os diferentes significantes definem os sujeitos por diferentes redes de sentido.

Assim, entendemos que analisar discursivamente as identidades regionais é desconfiar do óbvio, desconstruí-las para reconstruí-las em sua complexidade, buscando demonstrar como elas se tornaram possíveis, atentando, a um só tempo, para as “armadilhas” da linguagem e para os aspectos políticos tanto das “verdades” da *doxa* quanto das do saber científico. Remeter-se à região do Nordeste brasileiro implica, necessariamente, tratar de uma construção histórica de efeitos de verdade, que fazem pressupor uma transparência da linguagem, base do seu efeito de poder. Desse modo, pode-se considerar que as diversas identidades possibilitam, por meio da linguagem e de acordo com cada sociedade, uma maior ou menor inclusão no sistema político, econômico e social, sejam elas étnicas, regionais, nacionais, de gênero etc.

3 Nordeste: uma invenção discursiva

“O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem”, afirma Muniz (2011, p. 33). Segundo o autor, aquilo que se passa a definir por “Nordeste”, como uma dada área do território nacional, só começa a figurar nas diversas formações discursivas, políticas, midiáticas, literárias e musicais por volta da primeira década do século XX. A região Nordeste é, então, fruto de uma construção regionalizante do espaço brasileiro no século passado. Isso significa que se trata de uma categoria relativamente recente, se considerarmos o início da colonização europeia no começo do século XVI.

Juntamente com ela, aparecem os “nordestinos”, que passaram a incorporar as características discursivas imputadas à região, criando um efeito de naturalização identitária e apagando as diferenças em prol de uma suposta homogeneidade das suas características físicas, mentais, sociais e econômicas.

Apesar de não existir uma definição específica para o “Nordeste” no século XIX, datam desse período os primeiros delineamentos de uma singularização regional no país, em que as identidades em construção de um “Norte” e de um “Sul” figuravam como importantes instrumentos explicativos da incipiente nação brasileira. Na segunda metade do século XIX, o paradigma naturalista era o principal explicador dos problemas nacionais e apontava para as principais “soluções” dos mesmos problemas. De acordo com esse modelo teórico, as noções de “raça” e “meio” eram fundamentais para compreender o atraso e as dificuldades que a sociedade brasileira encontrava para seguir rumo à “civilização”, definida nos moldes eurocêntricos de Estado e de cultura. Nesse viés, a presença marcante das etnias africanas e indígenas, bem como a ampla miscigenação no país, seriam os grandes obstáculos ao desenvolvimento psicológico, moral e político do “espírito brasileiro” (MUNIZ, 2011).

A ampla autoridade desse discurso científico nesse período foi responsável por instituir uma progressiva diferenciação entre o “Norte” do país, onde predominavam a mestiçagem e o clima tropical, e o “Sul”, hegemonicamente europeizado e de clima mais ameno. Avaliado sob o prisma do determinismo “geográfico” e “racial”, o Norte sediava os povos condenados à indolência, à inércia e à subserviência, contrariamente ao Sul, onde habitava o branco forte, dominador e empreendedor (MUNIZ, 2011).

Somando-se a isso, a seca de 1877 (também conhecida por “Grande Seca”) acabou por fundar o discurso regionalista das elites do Norte, que, a partir de então, “descobriram” as secas como arma eficiente para se pleitear mais atenção do poder público central, que, nessa perspectiva, deveria aumentar o repasse de recursos financeiros à região, bem como intensificar o financiamento de obras públicas e distribuir cargos de Estado. Nesse período, por conseguinte, surge o “discurso das secas” das elites do Norte, base daquilo que ficaria conhecido, na história nacional, por “indústria das secas” (MUNIZ, 2011).

Da interface entre o “discurso naturalista” e o “discurso das secas”, emerge e se consolida nacionalmente uma configuração imagético-discursiva

daquilo que iria se constituir como região Nordeste no decorrer do século XX. Ademais, ao serem considerados frutos da degenerescência racial (miscigenação) e da inferioridade climatológica (clima tropical) do “Norte”, os fenômenos sociais do Cangaço (“prova” da tendência natural do seu povo à violência) e do messianismo (“prova” da tendência natural do seu povo à loucura) foram de suma importância para a legitimação do discurso das elites da região, as quais passaram a assumir a postura de vítimas carentes da atenção do poder público nacional e de prisioneiras entre o seu próprio povo. Para elas, seria necessário desenvolver uma espécie de “zona de solidariedade” estabelecida entre as demais regiões e o Governo Central (MUNIZ, 2011).

Nas três primeiras décadas do século XX, a crescente expansão das relações sociais e econômicas capitalistas, juntamente com a nacionalização das relações de poder, ensejou um enfraquecimento do poder da elite nortista no âmbito nacional, que, em vista disso, passou a considerar a necessidade de constituir a região Nordeste como meio para manter os seus privilégios frente à crescente dissolução do seu espaço de poder. Nesse sentido, a realização do Congresso Regionalista, em 1926, funda a concepção de Nordeste, em que os intelectuais advindos da alta classe passaram a apresentar a região como fruto de uma tradição até então pouco notada. Criou-se, com isso, uma conotação transcendental da região, fruto de uma cultura sempre presente, embora ainda não tivesse sido “descoberta” dessa forma (MUNIZ, 2011).

Em seus textos, esses intelectuais contribuíram para materializar uma percepção emocionada de um passado glorificado, criado no âmbito da saudade e do lirismo². O folclore, o passado rural, as relações pré-capitalistas, os códigos culturais populares e os preceitos tradicionais dominantes (o aristocratismo) foram considerados o *locus* fundante dessa nova identificação, a do “ser nordestino”, que seria, por consequência, “naturalmente” inclinado à tradição e oposto ao moderno. Não obstante, se, por um lado, essa geração abandonou o paradigma naturalista como modelo explicador das diferenças regionais, pois entende a “nordestinidade” a partir de um viés teórico histórico-culturalista, por outro, ela acabou por consolidar as estereotípi-

² Apesar da variedade de autores, a sociologia freyreana pode ser considerada o marco simbólico de uma geração que contém escritores como José Lins do Rego e Ascenso Ferreira (décadas de vinte e trinta), o antropólogo Luís da Câmara Cascudo, os músicos Luiz Gonzaga, Zé Dantas e Humberto Teixeira (década de quarenta), o teatrólogo Ariano Suassuna (década de 1950), os pintores Cícero Dias e Lula Cardoso Ayres, o poeta Manuel Bandeira e os romancistas Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida.

advindas do século XIX, calcadas, de maneira geral, na resistência natural de um povo à modernidade (MUNIZ, 2011).

Paralelamente à fundação romântica da “nordestinidade”, um outro “Nordeste” é inventado, representado, sobretudo, por uma geração de classe média sem lugar político-econômico seguro na crescente nação brasileira³. Nesse viés, a “Terra do Sol” passou a ser representada como o lugar da denúncia, principalmente do modelo capitalista, que seria o responsável por fortalecer as exclusões sociais e por relegar os cidadãos à fome, à miséria, às injustiças, ao abandono público, ao esquecimento social e à inferioridade estrutural. Em função disso, sob esse olhar, a região seria o lugar por excelência para se intensificar a luta de classes no Brasil. Entra em cena o discurso marxista (MUNIZ, 2011).

Baseada nele, a região Nordeste é (re)criada como o lugar da utopia, da negação do passado calamitoso em prol da afirmação de um futuro de plena igualdade e identidade. Não obstante, duas questões importantes se fazem notar. Primeiro, a estigmatização da região pelo viés da pobreza acabou por consolidar ainda mais a perspectiva imagético-discursiva de um povo tendente à inferioridade e à vitimização. Segundo, nesse contexto, curiosamente, há a reafirmação de uma perspectiva nacionalista dessas questões, pois, a rigor, o viés marxista considera a luta de classes a partir de uma internacionalização das causas proletárias, haja vista que a própria ideia de nação seria uma invenção burguesa. Destarte, sob o viés do Materialismo Histórico, o Nordeste da denúncia social se reconstrói a partir da luta no âmbito da nacionalidade, almejando, assim como as duas acepções anteriores, refundar a identidade nacional (MUNIZ, 2011).

Cada um ao seu modo, os diferentes discursos da “nordestinidade” acabaram por fixar uma concepção imagético-discursiva da região pautada nos problemas raciais (étnicos), sociais, econômicos e políticos (MUNIZ, 2010; 2011). Utilizando-nos dos termos de Charaudeau (2008b), podemos afirmar que, desde o século XIX, um conjunto diferente de imaginários concorreu para a fixação de uma identidade “nordestina” e de uma “não-nordestina”, mantendo certa coerência organizacional que permite agrupar atos linguageiros diferentes através da semelhança semântica que possuem.

³ A partir da década de trinta, os teóricos Djacir Menezes e Josué de Castro, os romancistas Graciliano Ramos e Jorge Amado, o poeta João Cabral de Melo Neto e o Cinema Novo, já em fins da década de cinquenta e início de sessenta, são os principais responsáveis por esse Nordeste da denúncia social.

4 Identidade e imaginários sociodiscursivos: um olhar semiolinguístico

De acordo com Charaudeau (2008b, p. 195), “todo ato de comunicação, sendo um ato de troca entre dois ou mais parceiros, cria um elo social que parte de normas de comportamentos e estabelece representações necessariamente partilhadas”. Dessa ótica, para nossos propósitos, é importante destacar três questões: primeira, todo ato comunicativo se dirige a alguém; segunda, antes de o próprio ato ser materializado, ele já é constituído pelo outro, pois se ancora em representações partilhadas pelo(s) grupo(s) do(s) qual(uais) faz parte; terceira, se o ato linguageiro já parte de representações adquiridas e compartilhadas durante a existência dos indivíduos, a linguagem, tornada discurso, pois se manifesta como uma prática social de simbolização e significação da realidade vivida pelos sujeitos, não aponta para o mundo em si, mas para o mundo construído, simbolizado e significado socialmente.

O sujeito, portanto, se constrói historicamente, ou seja, através das representações sociais partilhadas e por meio da língua enquanto materialidade simbólica e significativa (CHARAUDEAU, 2008b). No tocante às identidades, o pesquisador aponta para a necessidade de se perceber como elas se constroem de acordo com as diferentes instâncias de manifestação das subjetividades. Para ele, o espaço externo à fala é o lugar dos seres de identidade social, ou seja, o Euc (sujeito comunicante) e o Tui (sujeito interpretante), os quais se configuram como parceiros de um dado ato de linguagem executado e são definidos por um número restrito de traços identitários relativos a esse mesmo ato. No que concerne ao ambiente interno à fala, o Eue (sujeito enunciador) e o Tud (sujeito destinatário), diferentemente dos anteriores, assumem identidades propriamente discursivas, definindo por elas os seus papéis linguageiros. Vale ressaltar que o Tud é fruto da construção do Eue⁴ (CHARAUDEAU, 2008a).

Ainda de acordo com Charaudeau (2008b), as representações sociais podem ser agrupadas em dois tipos de saberes, quais sejam: os saberes de conhecimento e os saberes de crença. O primeiro se refere às tentativas de classificar e explicar os fenômenos do mundo, caracterizando-se por uma dessubjetivação dos atos linguageiros emitidos, que, teoricamente, estariam

⁴ Para mais detalhes acerca do contrato sociocomunicacional semiolinguístico, consultar Charaudeau (2008a, p.46-53).

eximidos de valores, pois se pautam em uma representação da realidade que deve se passar por conhecimento objetivo do mundo. Diferentemente deste, os saberes de crença são sustentados por avaliações e julgamentos acerca dos fatos vivenciados, imputando-lhes valores que afirmam o posicionamento hegemônico do sujeito frente ao mundo, e não o contrário.

Em vista disso, todo julgamento realizado pelos sujeitos com base nos saberes de crença possuem atributos identitários (CHARAUDEAU, 2008b). Logo, ao encenar seu discurso, cada sujeito o organiza de acordo com (a) sua própria identidade, (b) com a imagem aferida ao seu interlocutor e (c) com o que foi dito anteriormente (CHARAUDEAU, 2008a). Considerando-se que tais saberes adquirem coerência organizacional, torna-se possível falar de um imaginário. Junte-se a isso o fato de que todo saber se referencia nos grupos sociais que o partilham, garantindo-lhe, desse modo, normas e possibilidades semânticas. Podemos falar, então, de imaginários sociais. E mais, se os imaginários sociais, materializados nos/pelos grupos, só existem à medida que são praticados linguisticamente, ou seja, por meio de atos linguageiros, torna-se possível conjecturar sobre os imaginários sociodiscursivos. Para Charaudeau (2008b, p.207):

Os imaginários sociodiscursivos circulam [...] em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais.

Com base no autor, podemos dizer que a dialogia constituinte de cada discurso põe em jogo um conjunto de vozes que se interpenetram, possibilitando a existência da realidade discursiva enquanto complexa relação de pontos de vista acerca do mundo, os quais são organizados por normas coerentes de acordo com o grupo social em que se ancoram. Não obstante, frequentemente os sujeitos não têm consciência das relações estabelecidas entre os diferentes discursos que manifestam linguisticamente (CHARAUDEAU, 2008a; 2008b), de modo que a análise semiolinguística pode contribuir para lançar luzes sobre os modos pelos quais os seres humanos se organizam em sociedade ao compartilharem e organizarem os saberes que dão sentido às suas próprias relações em coletividade. No dizer de Charaudeau (2008b, p. 208): “descrever os imaginários é contribuir para a construção de epistemes, essas ‘grades de inteligibilidade do campo social’, de que falava Foucault”.

Nesse intuito, o nosso percurso interpretativo tratará de uma análise lexical, em especial, das marcas linguísticas que funcionam como qualificadores dos sujeitos no *corpus* selecionado, isto é, as marcas lexicais de adjetivação (aglutinação de análise lexical + marcas linguísticas + adjetivos). Tais marcas se referem às unidades textuais que Charaudeau (2008a) apresenta como manifestações da relativa estabilidade dos processos de significação dos atos languageiros, surgidas na tensão entre o núcleo metadiscursivo (NmD) e as circunstâncias do discurso. A esse respeito, o pesquisador salienta:

Isso nos leva a definir a marca linguística como parte da matéria significativa que é testemunha provisória de um jogo de ajustamento entre um sentido mais ou menos estável – resultado de uma atividade metacultural sobre a linguagem (o NmD) – e um sentido específico – construído pelas *circunstâncias do discurso* – cuja combinação participa da finalidade ou da expectativa discursiva do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2008a, p. 37. Grifos do autor).

Destarte, a decomposição gramatical de uma dada manifestação languageira não garante a recomposição do sentido visado por um dado sujeito, haja vista que as unidades morfêmicas/marcas linguísticas só adquirem sentido, isto é, tornam-se signos, caso sejam avaliadas pela relação que estabelece (a) com as demais marcas textuais no próprio texto enunciado, (b) com o seu núcleo metadiscursivo (NmD), isto é, os diferentes usos (inter)discursivos dessas marcas, em distintos momentos e em uma dada sociedade, responsáveis pela relativa generalidade e estabilidade semântica daquelas, (c) com outros textos (intertextualidade específica), (d) com as circunstâncias discursivas nas quais se materializa a linguagem enquanto discurso e (e) com a expectativa discursiva dos sujeitos envolvidos (CHARAUDEAU, 2008a). Logo, atentar para as características/qualidades (marcas lexicais de adjetivação) aferidas ao “nordestino” nos atos languageiros a serem analisados possibilita avaliar como tais marcas contribuem para sua construção identitária nessas situações languageiras, as quais “revelam” padrões semânticos que dão coerência a uma dada representação coletiva do “outro nordestino”.

5 Os imaginários sociodiscursivos acerca do Nordeste brasileiro

Antes de iniciarmos as análises, reproduziremos abaixo os atos languageiros (AL) do *corpus*, pois supomos que, dessa forma, o leitor poderá

estar inteirado do todo a ser avaliado, podendo facilitar o acompanhamento do nosso percurso interpretativo durante a discussão:

AL1. AFUNDA BRASIL. Deem direito de voto pros nordestinos e afundem o país de quem trabalhava para sustentar os vagabundos que fazem filhos pra ganhar o bolsa 171 (sic) (REDAÇÃO CAROS AMIGOS, 2012).

AL2. Nordestino não é gente, faça um favor a Sp: mate um nordestino afogado! (sic) (REDAÇÃO CAROS AMIGOS, 2012).

AL3. Esses nordestinos pardos, bugres, índios acham que tem moral, cambada de feios. Não é atoa que não gosto desse tipo de raça (sic) (VALOTA; COELHO, 2011).

AL4. Só vim no twitter falar o qnto os NORDESTINOS é a DESGRAÇA do brasil...pqp! Bando de gnt retardada qe acham que sabe de alguma coisa. (sic) (VALOTA; COELHO, 2011).

Ao lermos as mensagens acima (doravante AL1, AL2, AL3 e AL4), os primeiros questionamentos a serem feitos devem ser sobre os sujeitos estabelecidos por esse contrato comunicacional. Charaudeau (2008a) sugere que, levando em consideração que todo ato de linguagem é composto de vários sujeitos (Euc, Eue, Tud e Tui), o pesquisador deve organizar a sua problemática da seguinte forma: quais sujeitos o texto faz falar⁵?

No AL1, pode-se notar que o Euc (Mayara Petruso), em seu projeto de fala, manifesta discursivamente um Eue (sujeito não-nordestino), que, ao se direcionar ao seu interlocutor, institui um Tud (brasileiro não-nordestino), visando gerar um efeito de identidade entre eles. Para tanto, opõe a si mesmo e os seus destinatários a um terceiro negado, os nordestinos. Ao desqualificar o “nordestino” enquanto cidadão, podemos notar um discurso político marcante, em que o enunciador, por um lado, acredita que aquele não teria direito ao voto e, por outro, que seria sustentado economicamente pelos “cidadãos trabalhadores” através de medidas assistencialistas do Governo Federal⁶.

Nesse viés, ao marcar uma voz política que julga os nordestinos inferiores aos demais brasileiros, o enunciador ancora-se em imaginários

⁵ Para mais detalhes a esse respeito, consultar Charaudeau (2008a, p.63).

⁶ O sintagma “Bolsa 171” faz uma menção clara ao “Programa Bolsa Família” do Governo Federal. Esse Programa é responsável por auxiliar famílias de baixa renda com o pagamento de um valor proporcional ao tamanho da família beneficiada, que, por sua vez, deve se comprometer com determinadas obrigações. Para mais detalhes, visitar o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal, no endereço virtual: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Para uma pesquisa aprofundada acerca da relação entre o Programa Bolsa Família e a estereotipia, consultar Rego e Pinzani (2013).

sociodiscursivos que representam os primeiros como seres incompetentes politicamente, com baixo nível de educação e com pouca propensão ao trabalho produtivo, utilizando-se, em vista disso, das políticas públicas de assistência para poderem se sustentar. Cria-se, então, uma relação intrínseca entre a depreciação política e a depreciação econômica.

Imbuídos desse raciocínio, poderemos entender melhor o AL2, que incita o Tud (povo não-nordestino, com tendências específicas ao “ser paulista”) a afogar aqueles que são oriundos da região Nordeste. Partindo do AL1, pode-se entender que a presunção de o nordestino não ter a capacidade intelectual necessária para votar (ser não-político) e de tender à vagabundagem (ser do não-trabalho) leva a identificá-lo como um sujeito parasita do Estado de São Paulo (bem como do Brasil, no AL1), suposto lugar do trabalho, da autonomia, do empreendedorismo, da cultura erudita etc.

Se o Eue1 e Eue2 encenam uma forte desqualificação do “nordestino” enquanto cidadão, enquanto sujeito do trabalho e enquanto ser humano (pois ele não seria “gente”), o Eue3, por sua vez, manifesta a presença de um discurso racial típico do que definimos, anteriormente, por paradigma naturalista. Nessa ótica, a miscigenação, principalmente no que concerne aos negros e índios, é sinal da degenerescência racial, a ponto de a “raça miscigenada” ser considerada naturalmente inferior aos demais seres humanos.

Curioso notar, entretanto, que o AL3 não faz menção aos negros, que, certamente, estão presentes na região Nordeste. Temos, por hipótese, que a crescente criminalização do racismo contra os negros evitou uma postura do Eue3 a esse respeito, pois, se tivesse agido dessa forma, o seu enunciado poderia adquirir um maior grau de agressão, depreciando um grupo étnico que vem se fortalecendo no âmbito dos poderes político, jurídico e econômico no Brasil. Bugres e índios, na verdade, são sinônimos. Já o termo “pardos”⁷ se refere à principal autodefinição dos brasileiros miscigenados em pesquisas que se propõem a avaliar a composição étnica do brasileiro.

Com isso, o AL3 revela um nordestino construído na interface entre um discurso racial e um discurso estético, os quais estão intrinsecamente vinculados na perspectiva naturalista, pois tanto os traços isolados de negros

⁷ Acerca dessa questão, consultar: <http://www.ibge.gov.br/home/>.

e índios quanto aqueles decorrentes da mistura de ambos produzem, segundo esse modelo explicativo, um “tipo racial” esteticamente inferior ao branco.

De modo semelhante, o Eue4 traz à tona um rebaixamento do povo nordestino, embora, dessa vez, marque com mais clareza a presença de um discurso educacional, definindo o “outro” como um “ser do não-saber”, mas que “acha que sabe”. Além disso, ao adjetivá-lo como “retardado”, põe-se em prática uma depreciação calcada em uma suposta inferioridade desse “outro”, que, na perspectiva do enunciador, seria mentalmente “atrasado”, seja por questões biológicas⁸, seja por questões históricas (educacionais). Curioso notar também que, ao se remeter ao Nordeste como a “desgraça do país”, o Eue4, ainda que possa não estar consciente disso, retoma dizeres advindos do século XIX sobre a região, pois a identifica como o principal empecilho ao desenvolvimento da nação dos supostos trabalhadores, empreendedores, esteticamente belos, educados e racialmente puros das regiões Sudeste e Sul (antiga região Sul).

Linguisticamente, a escrita de termos em caixa alta, como são os casos de “AFUNDA BRASIL”, no AL1, “NORDESTINOS” e “DESGRAÇA”, no AL4, bem como os usos da exclamação no AL2 (“mate um nordestino afogado!”) e no AL4 (“Só vim no twitter falar o qnto os NORDESTINOS é a DESGRAÇA do brasil...pqp!”), buscam demonstrar as emoções dos enunciadores ao expressarem seus posicionamentos identitários. Almeja-se, dessa forma, garantir uma maior eficiência na captação do seu auditório (CHARAUDEAU, 2007).

Entendemos que os Euc (Mayara Petruso, Amanda Régis e Lucian Farah), ao serem acometidos por sentimentos de derrota, puseram em prática um Eue (não-nordestino ameaçado) que constrói um Tud (brasileiro não-nordestino) baseado em padrões identitários semelhantes a si mesmo, dando voz a um “nós” homogeneizado frente a um “eles” também homogeneizado. Dessa maneira, os diferentes Eue manifestam a necessidade de o “nós” se unir para defender seus interesses, suas crenças, sua região, enfim, seu campo simbólico frente a um “eles”.

Para finalizar, considerando que o sentido é construído na interdiscursividade, que materializa o léxico em meio a uma rede discursiva de

⁸ Remetemos à inferioridade biológica a partir da perspectiva do próprio imaginário sociodiscursivo enunciado, que associa o termo “retardado”, já em desuso nas teorias psicológicas atuais, à inferioridade intelectual de um determinado sujeito.

associações, definindo-o por sinonímia ou por antonímia, o significante “nordestino”, nos imaginários sociodiscursivos avaliados, emerge por meio de associações que o põem no âmbito de uma suposta inferioridade, seja ela natural, seja ela social. Desse modo, a identificação do “ser nordestino” se ancora em imaginários sociodiscursivos que o diminuem nas mais diversas acepções componentes da sua “natureza”, tais como sua pertença a uma região atrasada, sua situação econômica miserável, sua incapacidade política, sua precariedade educacional, sua degenerescência racial e sua inferioridade estética frente ao “ser não-nordestino”.

Considerações finais

Charaudeau (2008a; 2008b) aponta para a necessidade de desmistificar a evidência das palavras, que significam não pelas suas relações com o mundo em si, mas pela forma como elas emergem das/nas relações sociais, isto é, pela maneira como significam, organizam e compartilham o viés simbólico de determinados grupos. Como vimos, os sujeitos comunicantes (Euc) avaliados se ancoram em imaginários sociodiscursivos que associam o Nordeste ao atraso econômico, ao parasitismo político, às deficiências educacionais e às composições étnicas e estéticas consideradas inferiores pelos grupos com os quais, consciente ou inconscientemente, identificam-se para dar voz a um sujeito enunciador (Eue) que desqualifica o “outro nordestino”. As mensagens analisadas funcionam como uma espécie de atualização histórica de alguns dos sentidos atribuídos à região revelados pela investigação desenvolvida por Muniz (2011).

Neste ano, em fins de 2014, pudemos acompanhar mais uma onda de desqualificações do Nordeste em decorrência das últimas eleições presidenciais, o que demonstra a presença ainda forte dos imaginários que o põem como o “empecilho” ao “desenvolvimento” do país. Isso evidencia a necessidade de se continuar a desenvolver trabalhos que tratem dessa temática, atentando para o que nos ensina Foucault (1979) quando afirma, através de suas pesquisas, que o analista do discurso deve contribuir para que sentidos outros possam se fortalecer, em especial, no que concerne à desconstrução dos discursos que possam funcionar como práticas de opressão.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. Tradução de Renato de Mello. In: MACHADO, Ida Lucia; MENDES, Emília (Org.). **As emoções no discurso**. Campinas: Mercado Letras, 2007. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

_____. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Coordenação da equipe de tradução, Ângela S. M. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. Da ideologia aos imaginários sociodiscursivos. In: CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Outros espaços. In: **Ditos e Escritos**, v. III. Organização e seleção de texto, Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Tradução de Adelaine La guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Brasília: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 11 mai. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Brasil). Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

MUNIZ, Durval. Na terceira margem do rio: uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Jr. **Revista de História**, Salvador, v.2, n.1, 2010, p.145-157.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Prefácio de Margareth Rago. São Paulo: Cortez, 2011.

REDAÇÃO CAROS AMIGOS. **Justiça condena estudante que postou mensagens contra nordestinos**. Caros Amigos, São Paulo: 17 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano-2/2036-justica-condena-estudante-que-postou-mensagens-contranordestinos>>. Acesso em: 17 set. 2014.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. Os imaginários sociodiscursivos acerca do nordeste brasileiro. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 22-38, dez.2014.

VALOTA, Ricardo; COELHO, Cido. **Comentários preconceituosos tornaram-se um dos assuntos mais discutidos durante a madrugada**. Estadão, São Paulo: 12 de maio de 2011. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,torcedores-do-flamengo-ofendem-nordestinos-pelo-twitter,718204>>. Acesso em: 17 set. 2014.